

RECURSO ESPECIAL Nº 1.631.062 - SE (2016/0264232-8)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **FSF TECNOLOGIA LTDA**
ADVOGADOS : **LUCIANO PONTES DE MAYA GOMES E OUTRO(S) -**
AL006892
PEDRO DUARTE PINTO - AL011382
RECORRIDO : **DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE**
TRANSPORTES - DNIT

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **FSF Tecnologia Ltda**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 854/855):

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. INVASÃO DE FAIXA DE DOMÍNIO. OCORRÊNCIA. ASTREINTES. DIMINUIÇÃO NO PERÍODO ANTERIOR AO ACÓRDÃO. MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. BLOQUEIO BACENJUD. MANUTENÇÃO. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA. REDUÇÃO. PARCIAL PROVIMENTO.

1. Sentença que julgou procedente o pedido de reintegração de posse em favor do DNIT, determinando, a título de antecipação de tutela, a imediata remoção dos obstáculos irregularmente instalados dentro da faixa de domínio da BR-101/SE, especificamente o posteamento instalado do km 153,9 ao Km 174,18 (procedimento administrativo nº 50621.000454/2014-55) e do Km 127 e Km 140 (procedimento administrativo nº 50621.000429/2014-71), autorizando-se o DNIT, desde já, a fazê-lo por conta própria, depois ressarcindo-se das despesas às expensas do demandado (art. 461 do CPC).

2. Condenação do réu também no pagamento de multa diária, no importe R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), face ao descumprimento da decisão liminar de reintegração, bem assim no adimplemento de multa por litigância de má fé, em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa (art. 14, V e § único do CPC). Honorários de sucumbência arbitrados em R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), tendo em conta o enorme tamanho da invasão e o elevado valor imobiliário da região invadida (quilômetros e quilômetros às margens da BR 101), bem como o zelo da procuradoria que representa o autor, produzindo vistorias e documentos técnicos com clareza e rapidez (art. 20,

§3º do CPC).

3. *Apelação na qual se alega nulidade da sentença por não ter se realizado prova pericial e audiência de conciliação. Pugna pela exclusão das astreintes, da multa por litigância de má-fé, do bloqueio pelo BACEN-JUD e pela redução dos honorários de sucumbência.*

4. *Inocorrência de nulidade da sentença, pois não há consenso entre as partes e o conjunto probatório existente nos autos é suficiente para a análise do mérito da demanda. Inexistência de questão controvertida a ser dirimida, sendo patente o esbulho na área de propriedade da União, a ensejar a incidência das disposições do art. 926, do CPC.*

5. *A incidência das astreintes tem por escopo compelir o particular ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer. Assim, na sua aplicação, é necessária a proporcionalidade entre a punição pelo descumprimento de ordem judicial e a vedação ao enriquecimento sem causa, uma vez que a finalidade da multa não pode ser desvirtuada, para se transformar em meio de enriquecimento sem causa da Administração em detrimento do patrimônio privado.*

6. *Razoabilidade do valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de descumprimento, a partir da publicação deste acórdão, diante do contumaz descumprimento da decisão ordenada o que revela completo descaso com o Judiciário (art. 461, § 6º, do , CPC). Da data de cominação da multa pecuniária (liminar) até a data anterior à publicação deste acórdão, incidirá a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao dia, pelo descumprimento da ordem de reintegração de posse. Execução da multa pecuniária se norteará pelo entendimento sufragado pelo STJ no REsp nº 1200856/RS, proferido em regime de recurso repetitivo.*

7. *Manutenção da multa por litigância por má-fé e do bloqueio pelo BACEN-JUD. Quanto aos honorários de sucumbência, tenho por razoável e proporcional o seu arbitramento em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), nos termos do art. 20, § 3º, do CPC.*

8. *Autorização para o DNIT, na hipótese de inércia do particular, proceder à imediata retirada dos obstáculos irregularmente instalados na faixa de domínio da BR-101/SE (procedimentos administrativos nos. 50621.000454/2014-55 e 50621.000429/2014-71) por conta própria, depois ressarcindo-se das despesas às expensas do demandado.*

9. *Apelo parcialmente provido.*

Opostos embargos declaratórios, foram estes rejeitados (fls. 949/952).

Em suas razões, a parte recorrente aponta violação aos arts. 3º, §§ 2º e 3º, 485, § 3º, e 1.022 do CPC/2015; 145 e 293 do CPC/73. Sustenta que: **(I)** o aresto integrativo incorreu em contradição, motivo pelo qual deve ser anulado; **(II)** *"uma vez celebrado o referido contrato, o qual inclusive já se encontra publicado no Diário Oficial da União, conforme documento anexo, desaparece o interesse do DNIT em ser reintegrado na posse da faixa de domínio referente aos quilômetros 153,9 a 174,8 da BR-101 em Sergipe, tendo em vista que o próprio órgão federal corroborou e autorizou a ocupação daqueles espaços"* (fl. 1.042); e **(III)** é defeso ao magistrado julgar em desacordo com o pedido, pois, no presente caso, *"já se evidenciou a ausência de pedido expresso - isto é, identificável - nas manifestações do DNIT acerca das ações acima citadas, pelo que já se nota a ausência de pedido para que o Juízo majorasse a multa fixada, ordenasse o imediato bloqueio de valores possuídos pela Recorrente, a repreendesse ou enviasse ofício à ANATEL"* (fls. 1.046/1.047).

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.154/1.162.

Já nesta Corte, a FSF apresentou petição às fls. 1.184/1.213, em que noticia a existência de transação extra judicial e comunica a perda de objeto da presente ação.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Inicialmente, é importante registrar que, às fls. 1.252/1.267, a recorrente apresentou petição, na qual demonstra seu inconformismo com a resposta do DNIT à informação de perda de objeto da ação pela ocorrência de transação extrajudicial, e vem *"reiterar o pleito anteriormente escudado, requerendo de Vossa Excelência a extinção do feito em virtude da perda superveniente do objeto, visto que os contratos de permissão especial de uso servem, sim, como elemento probatório indicativo de transação extrajudicial, mais do que idôneo a gerar efeitos na presente relação processual"* (fl. 1.257).

Entretanto, considerando que o pedido exarado na petição de fls. 1.252/1.267 coincide com a matéria objeto do recurso especial, não há **nada a deferir**.

Passando à análise do apelo especial, verifica-se não ter ocorrido ofensa aos

arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

No caso, a Corte local, ao dirimir a controvérsia, manifestou-se nos seguintes termos (fls. 852/853):

Adentrando ao cerne da contenda, tenho que deve ser mantida incólume a sentença monocrática no que respeita à ordem de reintegração. Isso porque o DNIT, nos termos da Lei nº 10.233/01, tem por atribuição o gerenciamento de ações públicas ligadas à viação, destacando-se as competências para cuidar das estradas e evitar ocorrências que coloquem em risco a segurança dos seus usuários.

No caso dos autos, os documentos do Processo Administrativo nº 50621.000429/2014-71 e do Processo Administrativo nº 50621.000454/2014-55 evidenciam que os postes de propriedade da ré foram instalados rentes à pista de rodagem ou muito próximos a esta, à toda vista em faixa de domínio da União. Patente, assim, a ocorrência de esbulho, a ensejar a incidência das disposições do art. 926, do CPC.

Destaque-se que a própria ré, administrativamente, buscou a regularização da ocupação da faixa de domínio para a implantação de seus postes, inclusive com apresentação de projeto executivo, o que revela ter conhecimento de sua situação irregular.

Ressalte-se que deve a parte ré proceder à imediata retirada dos obstáculos irregularmente instalados na faixa de domínio da BR-101/SE, constante dos procedimentos administrativos do DNIT nos. 50621.000454/2014-55 e 50621.000429/2014-71. Na hipótese de inércia do demandado, fica desde já o DNIT autorizado a fazê-lo por conta própria, depois ressarcindo-se das despesas às expensas do demandado.

No que tange às penalidades aplicadas pelo Juízo a quo ao longo do processo (multa diária, multa por má fé e bloqueio a quo BACENJUD), tem-se que as astreintes foram arbitradas inicialmente em R\$ 10.000,00 ao dia, vindo posteriormente a ser majoradas para R\$ 50.000,00 por dia. Contra essa decisão interpôs a recorrente agravo de instrumento, tombado o sob nº 0804809-96.2015.4.05.000, o qual teve a liminar parcialmente deferida para "afastar a majoração da multa e sustar sua cobrança, por qualquer que seja o meio, antes do trânsito em

julgado da decisão". No mérito, o agravo de instrumento perdeu o objeto em face da prolação da sentença ora apelada, o que restabeleceu a multa diária, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), até a prolação da decisão de mérito. O valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por dia foi mantido pelo Juízo "a quo" na sua condenação (mérito).

Observe-se que a incidência das astreintes tem por escopo compelir o particular ao cumprimento da obrigação de fazer ou de não fazer. Assim, na sua aplicação, é necessária a proporcionalidade entre a punição pelo descumprimento de ordem judicial e a vedação ao enriquecimento sem causa, uma vez que a finalidade da multa não pode ser desvirtuada, para se transformar em meio de enriquecimento sem causa da Administração em detrimento do patrimônio privado.

, a ordem para retirada dos postes foi dada em junho de 2015 (liminar), não tendo sido atendida até o presente momento. In casu Nessa senda, diante do contumaz descumprimento da decisão ordenada o que revela completo descaso com o Judiciário, com , fulcro no art. 461, § 6º, do CPC, tenho por razoável a fixação das astreintes no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por dia de descumprimento, a partir da publicação deste acórdão.

Nessa linha de raciocínio, da data de cominação da multa pecuniária (liminar) até a data anterior à publicação deste acórdão, incidirá a multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ao dia, pelo descumprimento da ordem de reintegração de posse. A partir da publicação deste acórdão, as astreintes incidirão no importe de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) ao dia.

A execução da multa pecuniária em apreço se norteará pelo entendimento sufragado pelo STJ no REsp nº 1200856/RS, proferido em regime de recurso repetitivo), [...].

Pelas mesmas razões, mantenho a multa por litigância por má-fé e a penhora on line.

E, por ocasião do julgamento dos embargos de declaração, acrescentou o seguinte fundamento (fl. 950):

Destaque-se que não haveria mais qualquer óbice administrativo quando estivesse assinado o Contrato de Permissão entre o DNIT e o apelante, o que não se verificou na espécie até o presente momento, pois não foi coligido ao processo cópia do referido Contrato devidamente assinado.

Por outro lado, não haveria que se falar em perda parcial do objeto da ação, pois a assinatura do aludido Contrato de

Superior Tribunal de Justiça

Permissão deverá ser observado por ocasião da execução deste julgado.

Nesse contexto, denota-se que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator